

Impactos das grandes obras previstas pelo PAC

Página 3

Guarani Kaiowá pedem apoio em São Paulo

Página 6

Nota da 48ª Assembleia Geral da CNBB

Página 12

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 325 • Brasília-DF • Maio - 2010
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Páginas 8, 9 e 10

Terra, resistência e luta

Campanhas massivas de criminalização não apagam as lutas e conquistas dos povos indígenas do Brasil

Revista Veja, alimentar-se-á do lixo que produz!

Uma revista que produz lixo, dele se alimentará. Que assim seja com a Veja. Este veículo de comunicação que, ao longo dos anos, se mantém produzindo um jornalismo pobre e unilateral.

A Veja semeia palavras falaciosas e ignora a ética no jornalismo. Ao contrário daqueles que ela ataca em muitas de suas reportagens. E me refiro, em especial, ao Povo Guarani, constituído de gente que preza a palavra e respeita o discurso verdadeiro.

As boas palavras de suas lideranças são valorizadas e enaltecidas. Pelo uso político delas, não raras vezes, são perseguidos, seqüestrados e assassinados.

Para os Guarani as palavras não devem ser lançadas ao vento. Elas brotam do coração de quem as pronuncia e fazem morada na pessoa que as escuta. As palavras devem ser proferidas para anunciar uma verdade e não para lançar sementes de preconceito, de tirania, de ganância ou de falsidade.

A Veja, por sua vez, faz uso da palavra escrita para consolidar certos interesses e privilégios políticos, econômicos e sociais. Para alcançar seu intuito se permite caluniar e destruir pessoas e povos.

Há quem pague por este tipo de prática jornalística. E, possivelmente por encomenda, a Veja investe contra os direitos e as garantias de povos e culturas milenares.

Lamentavelmente a revista tem se alimentado da mediocridade jornalística. Transforma as palavras em mercadoria e vende apenas uma versão dos fatos, aquela que agrada a quem paga.

A grandiosidade dos povos indígenas reside no fato de que eles valorizam o ser humano, as relações sociais e políticas, as formas diferentes de viver. E, ao contrário dos que promovem a mentira, eles carregam consigo dignidade.

Neste contexto, a Veja, para tristeza dos bons e valorosos jornalistas, fomenta no seu meio o descrédito.

O futuro deste jornalismo se extinguirá com a repulsa da sociedade. E lhe restará, como no caso da Veja, alimentar-se do lixo que produz.

Porto Alegre (RS), 11 de maio de 2010.

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi



Fichas Sujas

Denúncia Movimento Xingu Vivo para Sempre: Dos 10 senadores indicados para Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Hidrelétrica de Belo Monte, sete são acusados de corrupção e crimes ambientais.

Atestado de culpa

O deputado-fazendeiro Valdir Colatto (PMDB-SC) é um exemplo de quem assina o atestado de culpa em relação ao projeto Ficha Limpa. Apenas ele e Nelson Marquezelli (PTB-SP) votaram a favor do destaque do PP que pretendia retirar do Ficha Limpa a inelegibilidade para crimes ambientais. Os outros 350 parlamentares foram contra. O deputado Ernandes Amorim (PTB-RO), que preferiu ficar em cima do muro, se absteve.

Belo Monte para ver o Ratinho

“... e é claro que muitos espécimes vão sucumbir, milhares, se não milhões de formigas, carunchos e talvez até alguns mamíferos. Em compensação, 20 milhões de brasileiros poderão ter luz em suas casas, muitos outros locais passarão a ter benefícios do progresso, poderão ver pela TV o ‘Programa do Ratinho’”. Para este professor, sr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, a questão de Belo Monte é bem simplória e se resume em possibilitar que as pessoas assistam este programa de qualidade bem questionável. Se for por este motivo, citado pelo professor, a luta contra a hidrelétrica deve continuar com mais força.

MARIOSAN



ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 27/05/2010

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas



Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

Cleyenne Cerqueira
EDITORA - RP 7901/DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz

Benedito Prezia

Egon D. Heck

Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães

Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Ronay de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br

Cimi Internet: www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,

Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura
pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

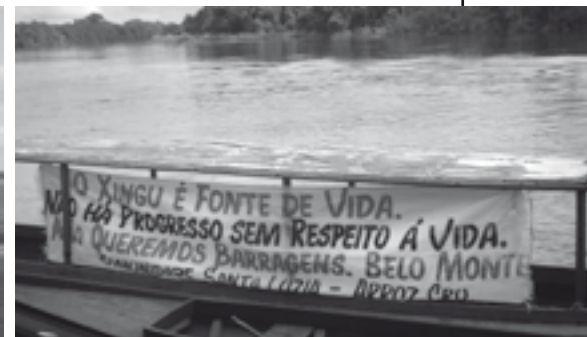
PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00

Ass. de apoio: R\$ 60,00

América latina: US\$ 40,00

Outros Países: US\$ 60,00



GRANDES PROJETOS

Investimento na insanidade humana

Doroty Schwade e Egidio Schwade
Cimi Regional Norte I

Do meio da multidão de índios e seus aliados em festa, na aldeia de Maturuca/Raposa-Serra do Sol (RR), ouvi atentamente o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Discurso impecável. Mas em conversa com os seus assessores e ouvindo, alguns dias depois, entrevista de Lula sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, parecia estar de volta no tempo, Rio de Janeiro/1973, participando da 81ª Assembléia do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Naquela Assembléia o General Carlos Alberto Torres declarou: "A integração do índio na comunidade nacional é inexorável e faz parte do desenvolvimento do Brasil". E o presidente da Funai, General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, referindo-se às diretrizes da Funai voltou a ressaltar que "o índio não pode deter o desenvolvimento".

Lula sustenta a mesma posição sobre os projetos do PAC. Assim, consideram a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte irreversível, porque há a "exigência do governo de levar o Brasil à 5ª Potência mundial". Mero interesse de empresas multinacionais.

O Vale do rio Chapecó (SC) é um dos vales mais férteis do país. Impressiona a quantidade de alimentos produzidos ali, não apenas para a população local, mas para a região, para o país e para a exportação. Até a Rússia importa alimentos do Vale do Chapecó. Ocupado por pequenos agricultores desde a década de 1950, estes não são organizados como os índios da região de Belo Monte para manifestarem a dor de verem suas terras roubadas pelo Estado e alagadas para a produção de energia elétrica. Sabem que ninguém lhes devolverá jamais, em parte alguma, terras iguais. Nenhum governante e nem dono de construtora deveria ocupar tal cargo, sem antes conviver, pelo menos uma semana, com uma comunidade de agricultores ou de índigenas atingidos por barragens.

O Vale do Rio Juruena em Mato Grosso é outro exemplo esclarecedor. Durante o governo Lula o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacio-



Foto: Marilene Dassoler Buzato



Foto: Arquivo Cimi



Foto: Eten Magalhães

nal (Iphan) declarou como patrimônio cultural do país a celebração anual do Yankwá, do povo Enauenê Nauê, celebração da qual é parte essencial uma pescaria abundante num afluente do rio Juruena. Passaram-se apenas dois anos e o mesmo governo construiu ali várias hidrelétricas que inviabilizaram a pesca comunitária, parte do rito religioso e de subsistência.

Mesmo que o grande projeto vise trazer benefícios, atrás dele se instala um processo maior de morte e de rapinagem. Juscelino Kubitschek criou no final dos anos de 1950 uma leva de empresas de construção, verdadeiros monstros que o ajudaram a realizar o sonho de Brasília e que até hoje garantem a megalomania dos governos: Paranapanema, Mendes Junior, Queiroz Galvão, Camargo Correia...

(...) Depois de Brasília, Juscelino ocupou as empresas na construção de rodovias para a Amazônia: Belém-Brasília, com genocídio do povo Avá-Canoeiro, Brasília-Porto Velho, sacrificando os povos Nanbikuara, Suruí e Cinta Larga...

A ditadura militar seguiu Juscelino dando mais comida às construtoras. Construiu a Transamazônica com o sacrifício dos Parakanã, Arara, entre outros, para "dar a terra sem homens aos homens sem terra". Mas já em 1973, de passagem pela sede do Incra em Altamira, constatei que os agricultores sem terra não eram o interesse maior, mas, o latifúndio que se instalava atrás da rodovia e das estradas vicinais.

Construiu a Perimetral Norte, atingindo os Wai-Wai, os Yanomami e outros mais. Não melhorou a situação dos povos da fronteira, mas foi instrumento para facilitar o saque de suas riquezas naturais e para alimentar as empresas de construção, haja vista, que grande parte delas foi abandonada após depredarem extensas florestas e causarem a destruição do povo local. Nunca trouxe os anunciados benefícios à população pobre nacional.

Ainda a Cuiabá-Santarém com a morte de 2/3 dos Krenhakarore, ou índios Gigantes e o roubo total de suas terras pelo Estado e, finalmente, sua transferência para o Parque Nacional do Xingu. A rodovia Manaus-Caracará matou mais de dois mil Waimiri-Atroari e instalou na região um agressivo processo de rapinagem. A terra do povo indígena foi reduzida a 1/5 e entregue à inundação para acionar hidrelétricas, entre as quais Balbina, já qualificada como "Monumento à Insanidade Humana". Outra parte foi entregue à construtora Paranapanema, agora transformada em exploradora e exportadora de minérios estratégicos.

(...) E sob pressão internacional o Banco Mundial exigiu que a ditadura desviasse a ganância das empresas rumo ao agronegócio, criando pólos de desenvolvimento. Em especial, o Pólo Noroeste. O resultado foi a destruição de imensas extensões de cerrado, o envenenamento da terra com agroquímicos e a comercialização de milhões de toneladas de produtos alimentícios contaminados

com agrotóxicos e mais recentemente com transgênicos.

Há uma relação entre grandes projetos e ditadura. O determinismo do governo com relação a Belo Monte, às hidrelétricas do rio Chapecó, enfim, referente a todos os grandes projetos, não apresenta diferença alguma com a ditadura militar. Frente a esse determinismo do governo, a finalidade do Ibmama, da Funai e de quantos instrumentos de "defesa" popular e ambiental o poder cria, é apenas contornar elegantemente os problemas, evitando traumas. Agentes da ditadura militar e agentes do governo da Nova República, de direita e de esquerda, mantêm sobre esse assunto uma sintonia perfeita. A política desenvolvimentista, constantemente ressaltada pelos governantes de ontem e de hoje, leva em seu bojo a destruição dos povos indígenas, do ambiente e do futuro da vida na terra.

Universidades e instituições, do governo ou privadas, financiadas com recursos públicos, respaldam os grandes projetos e a industrialização, transferindo tecnologias para ficções criadas pelo homem: empresas e Estado. Não para pessoas e comunidades que vivem da terra. Um exemplo: há três anos um estudante do interior do Amazonas prestou vestibular na Universidade Estadual do Amazonas (UEA) para Tecnologia Mecânica, visando armar-se de conhecimentos e práticas tecnológicas que pudesse transferir às comunidades interioranas: indígenas e de agricultores. Passou no exame, mas após dois anos desistiu do curso, pois a faculdade escolhida não tem essa preocupação. Transfere apenas teorias que visam cobrir as lacunas do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. (...)

É, sim, possível superar o problema da falta de energia, sem agredir os bens materiais e imateriais das comunidades indígenas e das terras de agricultores. Basta querer transformar escolas e pequenas cidades em centros de irradiação de experiências voltadas para a terra, onde a sabedoria e a criatividade das pessoas e das comunidades irão produzir com fartura alimentos saudáveis para a mesa da vida e onde as mesmas comunidades têm o domínio das tecnologias necessárias para o seu bem-viver diário. ■

Grandes obras projetadas pelo Governo Federal: Usina hidrelétrica de Belo Monte, Transposição do rio São Francisco e hidrelétrica no rio Madeira comprometem a vida dos indígenas e ribeirinhos

Enchentes aterrorizam povo Xokleng em SC

Diego Janatã
Jornalista

Com a chegada do período chuvoso no sul do país, o drama de centenas de famílias Xokleng, no Alto Vale do Itajaí, vem à tona. As águas trazem uma história suja de barragens e progresso, contra povos indígenas e seu convívio harmonioso com a natureza

Madrugada do dia 22 de abril. Fortes chuvas assolam a região Sul do país. Em Santa Catarina, o volume de água atinge níveis alarmantes. O Rio Hercílio sobe, exigindo muito da estrutura da Barragem Norte, construída na década de 1970 para conter as cheias que atingem várias cidades do Vale do Itajaí e para que não se repitam as tragédias ocorridas nos anos de 1983 e 1984 quando a cidade de Blumenau ficou completamente submersa.

Terra indígena La Klãnõ - Aldeia Palmeira, Alacok Patté dorme com seus filhos e netos em sua casa de alvenaria construída pela empreiteira responsável pela construção da barragem, como uma das tantas benfeitorias prometidas no Protocolo de Intenções. Alacok e sua família acordam apavoradas com o barulho do morro caindo sobre a porta de sua casa. “Com muita fé não aconteceu nada com a gente. Mas para cá eu não quero mais voltar”, afirma a senhora, viúva do cacique Lauro, encontrado morto na estrada geral da aldeia. Cacique Lauro, como tantas outras lideranças, se mostrava insatisfeito com a construção da barragem.

O Conselho dos Caciques e outras lideranças entraram em contato com a Defesa Civil, municipal e estadual, solicitando que fosse tomada alguma providência, mas não foram atendidos. “Se não for tomada uma providência pelas autoridades, o nosso posicionamento será outro, pois não podemos mais esperar”, afirma Setembrino Vomblê, membro do Conselho de Caciques.

Para a liderança esses problemas acontecem não somente por condições climáticas, mas pela falta de compromisso. “É tudo uma questão política”, diz. “Se fossemos 50 mil eleitores dentro da Terra Indígena, esse descaso não aconteceria. Em 1912 matavam a gente com arma de fogo, agora estão matando com caneta e computador. Tudo em nome da tecnologia, da evolução, do progresso. Entendemos o que é catástrofe. Mas aqui é falta de compromisso com o povo, é ganância”, desabafa.

As fortes enxurradas cortaram estradas, impossibilitando inclusive o



Fotos: Diego Janatã



transporte escolar. “As crianças estão sem aula há uma semana, não sabemos mais o que fazer. É tudo tão difícil para a gente”, comenta a professora Margareth Patté.

Seguindo os estragos do dilúvio, as águas também romperam o sistema de abastecimento. As sete aldeias Xokleng estão sofrendo com a falta de água. “Aqui está um caos e o governo vem falar de proteção ao meio ambiente. Eles estão acabando com a gente com essas barragens e usinas. Espero que o povo no Xingu entenda o nosso problema com a barragem e não aceite esse horrível Belo Monte”, alerta o cacique Setembrino.

De acordo com o cacique, tem parente que precisa atravessar o rio de canoa, vendo troncos de árvores boiando bem perto da pequena embarcação. “Eu preciso rodar 200 km para sair da aldeia. E o prefeito diz que está tudo sob controle. Controle da água eu acho”, afirma.

Os Xokleng subiram para morar no alto, fugindo do espelho d’água, agora o céu desaba em cima de suas cabeças.

Isolina Jacinto, cacique da Aldeia Toldo, comunidade mais isolada da região, afirma que nunca viu tanto descaso. “O desrespeito é tão grande. Eu não sei que lei é a que pode resolver isso. E a gente briga, corre atrás, denuncia ao Ministério Público e não adianta nada. A pessoa chega ao seu limite. Quando começamos a quebrar tudo, ai vem nos dizer que somos selvagens. A defesa civil não vem aqui olhar a nossa situação. As aldeias vivem sem atendimento, as estradas estão cortadas e ficamos isolados do mundo. Saio de casa e não deixo data de quando volto”.

Cansada com tanto pesar, Suzana Teiê, liderança da Aldeia Figueira protesta em tom de desabafo. “Índio pode morrer que ninguém atende. Ninguém fala dos índios, que estamos sendo prejudicados. Meu filho está doente há uma semana. Eu não consigo fazer nada. O problema dos Xokleng é muito sério. A Figueira está a ponto de cair”.

Segundo o Cacique Geral do povo Xokleng, Aniel Priprá, essa enchente foi a maior dos últimos tempos e lem-

bra dos problemas gerados por esse grande projeto. “Não foi feito nenhum estudo de impacto. Se o Ministério da Integração Nacional cumprisse com a sua palavra só iria amenizar. A barragem nos trouxe tanto mal. Perdemos nossa terra, um parte da nossa cultura, tradição e comunidade. Foram criadas sete aldeias, antes era uma só, como uma grande família”, afirma o cacique.

Após ofício nº 065.2010 da Procuradoria da República no município de Rio do Sul, responsável pela região, cobrando resultados à Defesa Civil, o prefeito resolveu decretar situação de emergência no município de José Boiteux. Entretanto não foi publicado, em virtude de não haver ninguém na prefeitura que sabia como fazê-lo.

De acordo com dados do Departamento Estadual de Defesa Civil, o Estado de Santa Catarina possui, até o momento, 60 municípios atingidos pelas enxurradas e 36 decretos de situação de emergência. Ao todo, 6.640 desalojados e 757 desabrigados. O número de afetados ultrapassa 160 mil pessoas.

Povo Kokleng e a Barragem Norte

“Foi embora a nossa riqueza. Temos muitas saudades dos Caités e Salseiros que ficavam enfeitando a beira do rio. Virou tudo um grande lamaçal, quando chove é enchente, quando seca é lama”, lembra Dona Isolina, completando com um olhar emocionado: “Dizem que o índio é saudosista. Muitos índios vivem doentes, com depressão, pois sabemos que não voltará a ser como era antes. O que mostra-

remos aos herdeiros do nosso povo ?

A Barragem Norte, com capacidade para 358.000.000 m3 de água é considerada uma importante obra para conter as cheias que atingem várias cidades do Vale do Itajaí.

Mais de 900 hectares de terra fértil do Povo Xokleng foi submerso com a construção da Barragem Norte, no final da década de 1970.

A Justiça Federal já condenou a União e o Estado de Santa Catarina a

cumprirem o Protocolo de Intenções assinado em janeiro de 1992 para a compensação dos prejuízos ao povo Xokleng, em função da ocupação de parte de suas terras pela bacia de acumulação da Barragem Norte.

O processo de ampliação de limites segue estacionado, ainda não houve compensação territorial das áreas perdidas com a barragem e os Xokleng continuam habitando as encostas do Alto Vale do Itajaí. ■

“Nós não defendemos a natureza, nós somos a natureza!”

Povos indígenas de Mato Grosso aprofundam discussão a respeito dos impactos dos grandes projetos sobre seus territórios

Gilberto Vieira dos Santos
Cimi Regional Mato Grosso

Representantes de 12 povos indígenas de Mato Grosso participaram do Seminário em Defesa da Vida dos Povos Indígenas, promovido pelo Cimi e realizado entre os dias 13 a 16 de maio em Chapada dos Guimarães.

A partir das assessorias de Juliana Almeida, Fausto Campoli (Operação Amazônia Nativa - OPAN) e Dorival Gonçalves Junior (Universidade Federal de Mato Grosso / Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB), os representantes dos povos Karajá, Xavante, Umutina, Myky, Arara, Kayabi, Apiaká, Bororo, Irantxe, Nambikwara, Enawenê-Nawê e Rikbaktsa puderam obter as informações que não lhes são fornecidas nas ‘consultas’ que já se deram para a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Eles também aprofundaram o debate sobre os reais impactos que os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, trarão sobre os povos indígenas de Mato Grosso e de outras regiões do Brasil.

Os indígenas consultaram os projetos hidrelétricos contidos no Plano Decenal de Energia (2010 – 2019) e puderam visualizar a quantidade de

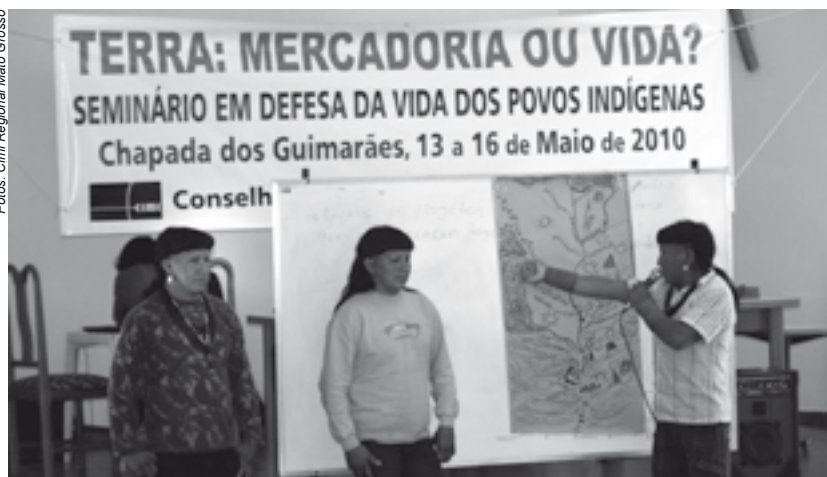
PCHS e outras hidrelétricas de maior porte que estão previstas para a região, sendo que muitas incidirão diretamente sobre seus territórios. Também constataram a lógica empresarial que está por detrás da efetivação da construção de ferrovias, hidrovias e hidrelétricas.

Nas falas de muitos representantes, ficou clara a necessidade de mobilização contra este processo e o apoio às lutas que já estão acontecendo, como a resistência dos parentes contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. “Não precisamos de luz para todos, pois o sol é o verdadeiro ‘Luz para todos’ que nos dá luz de graça, inclusive para os ‘empreendedores’”, disse José Maria Paratse- Povo Xavante

Os representantes dos povos que serão impactados pelas hidrelétricas do rio Juruena denunciaram as deficiências no processo de consulta às comunidades. Segundo eles, os chamados empreendedores não informaram com clareza os prejuízos que as comunidades sofrerão, atendo-se ao oferecimento de compensações e induzindo os indígenas a aceitarem acordos.

Neste processo, também destacou o papel contraditório da Funai que não informou as comunidades sobre todos os prejuízos, preocupados em alardear as ditas compensações. No

Fotos: Cimi Regional Mato Grosso



detrimento dos povos e comunidades indígenas, além de outros povos que também dependem diretamente dos rios.

Os indígenas presentes no Seminário apontaram para a necessidade imediata de organização entre os povos e do aprofundamento com as res-

pectivas comunidades sobre os riscos que correm com a implantação deste projeto governamental. Entre os encaminhamentos definiu-se pela realização de encontros regionais que envolvam povos mais próximos, a partir de junho. Para estes foi solicitada a assessoria dos Cimi e de outras entidades.

Ao final do Seminário, encaminharam denúncias ao Ministério Público Federal e ao presidente da Funai. No documento apontam o desrespeito aos seus direitos expressos na Constituição Federal, Convenção 169 da OIT e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O Seminário, com suas “sementes” apontou para o “cultivo da solidariedade” dos povos indígenas entre si e com seus aliados na perspectiva de barrar os inúmeros atentados aos seus direitos territoriais e à vida interligada a estes. ■

Enawenê Nawê apresentam projetos de pequenas centrais hidrelétricas no rio Juruena. Abaixo, gesto simbolizando a união necessária para se conseguir vitória na luta

Celebrando a esperança

Fotos: Pe. Alteviv



No domingo, 16 de maio, em rápida passagem por Goiânia, dom Pedro Casaldáliga brindou velhos amigos com um encontro de vida e esperança. Uma simples celebração eucarística foi realizada na casa de Marlene Moura e de Antônio Carlos Moura, que foi grande lutador das causas indígenas e populares (também editor do Jornal Porantim) que faleceu há dez anos. Uma celebração simples, mas profunda e verdadeira.

Os amigos reunidos construíram a homilia, que começou com dom Pedro e suas palavras de esperança. Mas Casaldáliga ressaltava: “a esperança está nos detalhes, nos pequenos detalhes... porque a vida é feita de detalhes e a morte é o último deles”, afirmou.



Cada pessoa relatou, de modo simples, o que é a esperança e de que modo ela surge na sociedade. Em meio às lutas dos povos indígenas, nas caminhadas dos movimentos, no trabalho de cada um. Para Pedro, a esperança deve ser feita de fé e prática, e não deve ser apenas o ato de esperar. “Sejamos testemunhas

vivas de esperança pascal neste mundo de egoísmo”, pediu aos amigos.

Para os que visitaram figura tão importante das lutas sociais - um verdadeiro exemplo de coerência de vida - escutar as palavras de dom Pedro foi um verdadeiro sopro de esperança para tocar a vida em frente. (Maira Heinen) ■

Dom Pedro Casaldáliga celebra a vida e a esperança com amigos em Goiânia

Indígenas Guarani Kaiowá pedem apoio em São Paulo

E assistem a mais uma prova de desrespeito aos direitos indígenas: o adiamento do julgamento dos assassinos do cacique Marcos Verón

Vanessa Ramos

Cimi Regional Sul – Equipe São Paulo

Entre os dias 6 e 8 de maio, uma delegação de lideranças Guarani Kaiowá, representando as comunidades Kurusu Ambá, Ypo'í, Laranjeira Nhanderu, Takuara e Nhanderu Marangatu, do Mato Grosso do Sul (MS), esteve em São Paulo para falar sobre o julgamento dos assassinos do cacique Marcos Verón e pedir apoio na luta da demarcação de suas terras, contra os despejos e as situações de violência vividas.

Os indígenas conversaram com a Procuradoria Regional da República e a Defensoria Pública da União, num encontro organizado pelo Cimi e pela Pastoral Indigenista de São Paulo. Também expuseram sua situação no Museu da Cultura da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e no Memorial da Resistência de São Paulo.

Em carta entregue ao poder público, os Kaiowá exigiram a conclusão da identificação e demarcação de todas as terras Guarani Kaiowá do MS, a providência urgente da Funai no caso da comunidade Kurusu Ambá, a punição dos assassinos de lideranças indígenas como os que mataram o professor Genivaldo Verá, o julgamento imediato dos acusados da morte de Marcos Verón, o empenho da Polícia Federal para a localização do corpo de Rolindo Verá, o julgamento da Terra Indígena Nhanderu Marangatu, pelo Supremo Tribunal Federal e a rápida solução para a comunidade Laranjeira Nhanderu, despejada na beira da BR-163, desde setembro de 2009.

Julgamento

Em mais um exemplo de desrespeito aos direitos e à cultura indígena, o julgamento dos assassinos de Marcos Verón foi protelado para 21 de fevereiro de 2011. Na ocasião, a juíza Paula Mantovani Avelino declarou o impedimento de indígenas, vítimas e testemunhas, de se expressarem em sua língua guarani e da utilização de um intérprete. A suspensão do júri popular aconteceu porque os procuradores Vladimir Aras (BA), Marco Antônio Delfino de Almeida (MS), Roberto Antonio Dassié Diana (SP) e Derly



Fotos: Cimi Sul/Equipe São Paulo

Fiuza (assistente da Funai) se retiraram do plenário depois que a juíza pediu a impugnação do intérprete indicado pelos indígenas sob a alegação de que estes falam português. O Ministério Público Federal (MPF) vai recorrer ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para garantir aos índios o direito de se expressarem na própria língua, o guarani. Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos e Jorge Cristaldo Insabralde, funcionários da Fazenda Brasília do Sul, em Juti (MS), são acusados de matar pauladas o cacique do povo Guarani Kaiowá em 2003. Eles ainda respondem pela acusação de tentativa de homicídio contra outros seis indígenas, nos dias 12 e 13 de janeiro do mesmo ano.

Michael Nolan, assessora jurídica do Cimi, disse que em todos os seus anos de trabalho nunca viu um juiz ou promotor fazer isso. Falou que o embate será duro, a luta muito difícil e que precisarão do apoio de toda a sociedade para fazer valer os direitos do povo Guarani. Questionada sobre o andamento dos processos que envolvem os povos indígenas, ela foi sucinta "Nos casos em que os índios são réus, os processos são ágeis, as decisões rápidas e as penas duras. Quando se trata de processos em que os índios são as vítimas, muitas vezes sequer são concluídos, são lentos e os culpados sequer são punidos", afirmou.

Parentes

No dia 7 de maio, os representantes dos povos Guarani Nandeva, Guarani

Mbyá, Pankararu, Pankararé, Kariri e Fulni-ô, estiveram presentes na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para dar apoio aos indígenas Guarani Kaiowá.

Para Adilson Verá Mirim, Guarani Mbyá da aldeia Tekoá Pyaú, em São Paulo, "não só o nosso grupo, em São Paulo, como também os Kaiowá que sofrem com a situação de violência necessitam de terra, de um espaço maior, assim, apoiamos nossos parentes!"

"Os Kaiowá, presentes em São Paulo, ousam desafiar as autoridades ditas democráticas para relatar a barbárie brasileira de séculos e nós, indígenas que vivemos na cidade, os apoiamos", disse Emerson S. Oliveira, Guarani Nhandeva estudante de Ciências Sociais do Programa Pindorama da PUC-SP.

Para Mirim, não só o Brasil, mas toda a América do Sul era habitada pelos indígenas e assim é preciso que os não indígenas reconheçam esta realidade histórica. "Somos indígenas, irmãos e necessitamos lutar pelos nossos direitos".

Nessa mesma direção houve várias manifestações, em especial de Valdelice Verón, filha de Marcos Verón, assassinado em 2003, no MS. "Estamos escrevendo a nossa história, uma história de lutas, de resistência, de valores, de vida. Não queremos que continuem contando as mentiras como fizeram até agora, a respeito de nossos povos". Em sua fala, ela desafiou as autoridades e representantes de organismos responsáveis por essa situação a irem viver

alguns dias embaixo das lonas pretas à beira da estrada. "Duvido que agüentem dois dias".

"Assassinatos, invasão de terras, preconceito são apenas exemplos da barbárie brasileira. Política liberal que realiza a matança no Mato Grosso do Sul, mas que se estende de Norte a Sul do país. A repressão policial e a bandidagem são apenas parte da cultura liberal que mata, destrói e realiza as mais diversas atrocidades contra os povos indígenas do Brasil", afirmou Oliveira.

Eliseu Lopes, Kaiowá, da aldeia Kurusu Ambá, disse aos indígenas da cidade que é preciso se unir. "Para nós não importa a etnia diferente, porque somos indígenas e temos sido tratados iguais. As autoridades e fazendeiros que são contra nós, ao falarem sobre indígenas, querem se referir a todos e, por isso, nós temos que nos unir e dizer isto à sociedade brasileira. Queremos que a justiça faça alguma coisa tanto para nós que estamos resistindo na base, como para vocês nossos parentes, que moram na cidade e que também precisam de ajuda".

Para Egon Heck, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Mato Grosso do Sul, "o Povo Guarani na América do Sul é um grande exemplo daquilo que nós não fomos capazes de fazer enquanto nações, enquanto país e enquanto política, que é construir uma solidariedade mais ampla, além fronteiras, rompendo aquilo que são as grandes barreiras da convivência humana hoje". ■

Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul foram a São Paulo falar sobre o julgamento dos acusados pela morte do cacique Marcos Veron e pedir apoio na luta pela demarcação de suas terras

Indígenas de Guajará-Mirim e Nova Mamoré realizam Assembléia

Com o lema *Resistência e Luta*, foi realizada entre os dias 4 e 7 de maio, a IX Assembléia dos povos indígenas da região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré em Rondônia

Equipe Guajará-Mirim
Cimi Regional Rondônia

A IX Assembléia dos Povos Indígenas da Região de Guajará-Mirim e Nova Mamoré (RO) contou com a participação de cerca de 100 lideranças. No encontro, debateram: grandes projetos, usinas do rio Madeira e ponte binacional Brasil/Bolívia; Movimento Indígena/Organização Oro Wari; atendimento pela Secretaria de Educação (Seduc), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Nacional do Índio (Funai). As lideranças presentes representavam os povos: Oro Nao', Oro Waram Xijein, Oro Mon, Oro Waram, Oro Eo, Oro Jowin, Cao Oro Waje, Oro At, Wayoró, Makurap, Djeoromitxi, Tupari, Miguélem, Aruá, Massaká, Arikapu, Mequens, Oro Win, Puruborá, Cabixi, Karitiana, Uru Eu Wau Wau e Canoé.

De acordo com avaliação do grupo, muitas conquistas aconteceram, mas ainda existem grandes e fortes desafios: hidrelétricas; mineração e invasões das terras por madeireiros e garimpeiros; aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; melhor atendimento pela Funasa e Secretaria de Educação; demarcação e

fiscalização das terras indígenas. Entre os pontos positivos, ressaltaram: o fortalecimento da Organização Oro Wari; formação dos professores indígenas; mudança do administrador da Funai com a coordenação do indígena Joel Oro Nao'; cargos no governo por indicação das lideranças; reconhecimento, pela Funai, dos indígenas da cidade, com emissão de carteiras de identidade indígena.

A falta de merenda, material didático, kit escolar e instrumento de suporte como computador, ainda foram motivos de grande cobrança pelas lideranças presentes, sem contar a falta de reconhecimento e regularização das escolas indígenas, elaboração e execução de projetos para o ensino médio nas aldeias.

Quanto ao atendimento na saúde por parte da Funasa, as comunidades indígenas estão entregue à própria sorte: "Nada mudou, ou melhor, mudou para pior o atendimento pela Funasa", afirmou o cacique Valdito Oro Eo. "Há anos que denunciávamos tanto descaso e reivindicamos melhorias, mas em vez de melhorar, piora. Temos que afastar toda a coordenação que não se preocupa com a saúde do índio", afirmou outra liderança.



Foto: Cimi Regional Rondônia/Equipe Guajará-Mirim

A Funai também foi um assunto bastante debatido. Embora o novo coordenador seja mais aberto ao diálogo, o órgão indigenista continua sem recursos para aplicar em melhoria para as comunidades. Eles reivindicaram: transportes, ajuda de custo para alunos que querem fazer ensino superior e mudança de alguns funcionários que discriminam os indígenas.

Foram encaminhados documentos para o Ministério Público Federal, solicitando audiência pública entre as empresas das usinas de Jirau e Santo Antônio e as comunidades indígenas da região. Também foram enviados documentos para a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), requerendo o acesso diferenciado para estudantes indígenas das aldeias e das cidades, em seus diversos cursos e campus. Ao governador do estado requereu-se urgência no envio à Assembléia Legislativa da Minuta de Projeto de Lei que cria a carreira de Magistério Público Indígena; para a Secretária de Educação

Estadual, enviaram ofícios solicitando a construção de escolas, implantação de ensino médio nas aldeias e contratação de novos professores. Para a Funasa foi enviado ofício exigindo a volta da médica pediatra Dra. Márcia Gusman.

A Assembléia encerrou-se num clima de indignação e manifesto pelas avenidas da cidade de Guajará-Mirim no dia 7 de maio, onde gritavam por justiça e por melhor atendimento por parte da Funai, Seduc e principalmente no atendimento à saúde indígena por parte da Funasa.

Marcos Apurinã, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) esteve na manifestação e afirmou que os povos indígenas não vão fechar a boca enquanto não forem tratados com respeito e dignidade. "Somos tachados como entrave e atraso para o desenvolvimento, mas vamos continuar resistindo e lutando por nossos direitos, que conquistamos na Constituição com tanto sacrifício", declarou. ■

Indígenas pedem justiça e melhor atendimento às comunidades durante assembléia

MPF cobra plano de ação da Core-Amazonas

João Wanderlei Theisen
Cimi Regional Norte 1

Após receber muitos documentos denunciando a péssima situação da saúde indígena no estado do Amazonas e após verificação *in loco* desta situação em vários DSEIs como Médio Purus, Manaus, Médio Solimões, Rio Negro e Parintins, o Ministério Público Federal (MPF) pediu empenho e agilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para resolver os problemas da saúde indígena no estado.

O pedido foi feito pela procuradora do MPF no Amazonas, Luciana Gadelha, em reunião realizada na Coordenação Regional da Funasa no Amazonas (Core-AM) no dia 4 de maio sobre "planejamento estratégico da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde para o ano de 2010"

A procuradora declarou que continuará acompanhando de perto uma série de denúncias que vem recebendo no MPF. Também informou que os encaminhamentos feitos pelo Ministério

Público são baseados na verificação *in loco* da denúncia. Confirmada a denúncia, o MPF faz as recomendações necessárias para os diversos órgãos. Caso as recomendações não sejam acatadas e o problema não resolvido, uma ação civil pública contra os órgãos responsáveis será encaminhada.

Tal situação aconteceu com a Casai-Manaus. Após várias denúncias em relação à estrutura e funcionamento da Casai, o problema não foi resolvido pela Coordenação. O MPF, que já havia enviado recomendações que não foram cumpridas, entrou com uma ação civil pública, que já foi julgada por um juiz federal e que determina que a Core-AM, num prazo de 120 dias, faça uma reforma nas atuais instalações, além de ampliar a estrutura. Segundo o Dr. Worney Amoedo Cardoso, coordenador da instituição, o órgão já dispõe de R\$ 1.300.000,00 para investir na Casai, além de R\$ 23.206.157,68 para ser investido em saneamento indígena para os anos 2010-2011 e apresentou as aldeias que serão beneficiadas com



o saneamento neste ano. Entre as beneficiadas, estão 14 aldeias do município de Tapauá do DSEI Médio Purus.

A região do Médio Purus já recebeu a visita da procuradora Luciana Gadelha em outubro de 2009. Em março deste ano ela publicou relatório com suas recomendações. Funcionários da Funasa falaram das dificuldades para realizar certas obras no interior do estado por problemas logísticos, além das dificuldades burocráticas dos processos licitatórios.

Gadelha informou que pretende acompanhar os processos de licitação e que tais dificuldades não justificam a não realização das obras como tem ocorrido em anos anteriores.

Ao encerrar a reunião, a procuradora declarou que entende as dificuldades de ordem estrutural e burocrática, mas não irá tolerar problemas relacionados à má gestão como o não pagamento das contas de energia e telefone, fato que aconteceu recentemente.

Lembrou ainda a importância do trabalho dos profissionais de saúde no atendimento aos povos indígenas e que toda ação realizada ou não por eles, mesmo que administrativa, tem um reflexo direto nas aldeias.

Participaram ainda da reunião lideranças indígenas, o representante indígena no Conselho Nacional de Saúde Valdenir França, o representante da CGU no Amazonas, César Augusto, e José Levi, procurador da Funasa. ■

Procuradora do MPF, Luciana Gadelha, durante inspeção à Funasa do Amazonas

Por sobre o terror, a coragem Tupinambá

No caminho de ter seu direito reconhecido, o povo Tupinambá denuncia: prisões indevidas, torturas e perseguições por parte da Polícia Federal; além de reclamar das manifestações públicas de racismo e das falsas acusações promovidas pela imprensa local e pelas duas principais revista do País



Cristiano Navarro
Especial para o Porantim
Buerarema, Bahia

Da mestiçagem, muitas vezes forçada pelo estupro, nasceu o Caboclo. O sujeito ex-índio que perdeu lembranças e características físicas pela história. Aquele que pela repressão do Estado ou simplesmente para não morrer por seus inimigos esqueceu parte da língua e foi obrigado a transformar sua religião e seus hábitos em algo mais parecido com a vida dos brancos.

Índios transformados em caboclos, que, um dia, de caboclos decidem voltar a serem índios de novo. Visto de fora este foi o caminho feito pela maioria dos povos indígenas existentes hoje no Nordeste brasileiro. Por dentro das comunidades, a história remete a tempos de perseguição e dura resistência.

“A perseguição sempre existiu. A vida toda a gente foi castigado e chamado de caboclo. Mas aqui nós nunca deixamos de ser índios. Nunca deixamos de fazer nossas festas, tomar os remédios do mato, nem de dizer onde eram nossas terras”, reivindica Maria da Glória de Jesus, rezadeira da aldeia da Serra do Padeiro do povo Tupinambá.

No Nordeste, desde meados o Século XVII, quando Portugal expulsou os colonizadores holandeses em Pernambuco, povos indígenas foram dissolvidos por consecutivos decretos governamentais. Aldeamentos, vilas e reduções passavam a deixar de serem reconhecidas com uma simples assinatura.

No último século, na região sul do estado da Bahia, as terras Tupinambá foram de forma violenta e gradativa ocupadas pelos coronéis do cacau, que expulsaram as comunidades até que lhes sobrassem pouco mais de 15 hectares do território original.

Despertar em outros 500

Em 21 de abril de 2000, em Porto Seguro, Bahia, onde, segundo a maioria dos livros escolares de história, aportaram as primeiras caravelas portuguesas encontrando-se com o povo de dona Maria, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso comemorou os 500 anos de “Descobrimiento do Brasil”.

Mesmo sem convite para a festa, 185 povos indígenas vindos de todas as partes do País marcharam para a festa. O protesto, marcado pela forte repressão do governo que impediu os cerca de 5 mil manifestantes de chegarem ao seu destino, transformou profundamente as lideranças Tupinambá. “Foi na marcha de 2000, com os outros parentes, que a gente viu o caminho da luta e despertou para exigir que o governo reconhecesse nossa cultura e retomar nossas terras”, registra Maria.

Dois anos após romper o silêncio, o povo Tupinambá foi reconhecido pela Funai. Daí em diante, sob a liderança do cacique Rosivaldo Ferreira, mais conhecido como cacique Babau, passaram a se reorganizar para retomar as terras.

Bruxas e barões do cacau

“A primeira retomada foi na fazenda ‘Bagaço Grosso’, que a gente encontrou abandonada” lembra Maria. O cenário de abandono encontrado nas fazendas é resultado da crise de produção de cacau que há mais de duas décadas assola a região. Desde 1989, o sul da Bahia foi fortemente afetado pela praga da “vassoura de bruxa” que fez cair em mais de 40% a produção do fruto.

A partir da decisão de retomarem as suas terras, tomadas em 2004, os Tupinambá saltaram de 15 para os cerca de 3 mil hectares de 20 fazendas que atualmente ocupam. Nelas há cerca de 4 700 tupinambás, que se encontram espalhados em 23 comunidades entre serras e litoral. Eles criam pequenos animais e cultivam pomares e roças, onde se produzem

variados tipos de alimentos para subsistência. A ação teve efeito direto na vida das famílias, foi com a produção destes alimentos que se erradicou a epidemia de subnutrição que antes afligia 30 crianças das comunidades.

Depois de preso e transferido para penitenciária de segurança máxima de Mossoró (RN) a mais de 1.300 km de sua casa na serra do Padeiro, aldeia onde vive, Babau sabe bem o preço que se paga ao enfrentar a decadente sociedade cacauera. Sem sua liberdade o cacique segue enviando cartas a sua família e a sua comunidade aconselhando a continuarem na luta.

A prisão de Babau é mais um episódio, entre outros, das reações racistas e truculentas denunciadas nos últimos anos pelos Tupinambá. Na mais virulenta das reações, em junho de 2009, uma mulher e quatro homens da comunidade foram gravemente feridos pela Polícia Federal com chutes, coronhadas, spray de pimenta e choques elétricos, entre outras agressões.

A prisão

“Tava bem escuro, só uma luz acesa. Mas eu vi três homens, eles vieram pela

porta e pela janela. Tinham uma arma assim no bolso e amarraram as mãos e a boca de meu pai com um pano. Mesmo assim meu pai brigou, bateu a cabeça e saiu sangue. Os homens que levaram ele tinham uma roupa verde... Quebraram tudo os pratos, a mesa... foi uma bagaceira da peste...”, é assim que o garoto Tiri de três anos, filho de Babau, única testemunha ocular do momento da prisão do cacique, descreve a ação da Polícia Federal.

“Meu filho ficou traumatizado, não quer comer, emagreceu muito. Ficou introvertido e só fala da prisão do pai. Quando chega um carro, ele estranha e imagina ser da polícia”, lamenta Joscelia Santos da Silva, professora indígena e mãe de Tiri.

Eram cerca de duas da madrugada do último dia 10 março. A irmã de Babau, Magnólia Jesus da Silva, ainda o avistou sendo levado por três homens mato adentro na aldeia da Serra do Padeiro. Sem saber o paradeiro do cacique ou quem o havia carregado, a notícia de que ele estava preso na delegacia da polícia federal de Ilhéus chegou somente seis horas depois. “Até as oito da manhã, fi-





Comunidade mantém alegria e rituais tradicionais mesmo em meio à violência e discriminação

camos apavorados. Não sabíamos o que tinha acontecido, para onde ele tinha sido levado ou quem tinha levado”, lembra Magnólia.

Para a Polícia Federal não houve irregularidade na prisão. Segundo o delegado Cristiano Barbosa, o que consta em seus registros é um termo circunstanciado que descreve uma agressão de Babau contra um policial.

Já os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) de Ilhéus afirmam ter provas materiais e testemunhais das irregularidades na prisão, confirmando a violação de domicílio durante a madrugada e o abuso de autoridade por parte dos policiais. Ainda segundo o MPF, Babau teria sido levado para um posto de gasolina, onde se esperou o amanhecer para se efetuar a prisão como se a mesma tivesse ocorrido de forma legal.

Rotinas da perseguição

Dez dias depois, Givaldo Ferreira da Silva, irmão de Babau, foi preso pelas mesmas acusações feitas ao cacique. Babau e Givaldo foram acusados de crime contra a paz pública, formação de quadrilha ou

bando, o que provocou a prisão preventiva dos dois ainda na fase de investigação do inquérito policial.

“Quadrilha ou bando é, por sinal, o clássico crime imputado às lideranças de movimentos sociais, porque permite enquadrar a conduta delas na previsão legal do tipo penal que é: ‘Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes’. Comete-se, assim, a insensatez jurídica de achar que, ao se juntarem para ocupar uma fazenda no intuito de pressionar o governo para demarcar uma área, os índios estão formando uma quadrilha para cometer delitos. O juiz formalista raciocina da mesma forma com que julga um grupo de mais de três pessoas que se associam para roubar um banco”, contesta Luciano Reis Porto, advogado constituído pela comunidade da Serra do Padeiro na defesa dos dois irmãos, sobre a prisão pedida pelo Juiz Federal Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday.

Um homem em monstro

Na perseguição contra os Tupinambá, Luciano Reis ressalta a grande quantidade

de acusações entre inquiridos, termos circunstanciados e ocorrências contra seus clientes, “há cerca de duas dezenas de procedimentos contra Babau, seu irmão e outras lideranças da Serra do Padeiro, sob acusação de esbulho possessório, roubo, dano qualificado, ameaça, quadrilha ou bando, sequestro e cárcere privado, constrangimento ilegal, resistência, desacato, dentre outros”.

No dia 17 de abril, Babau foi transferido da superintendência da Polícia Federal em Salvador para o presídio de segurança máxima, em Mossoró, sob a alegação de que no Dia do Índio (19) poderiam acontecer fortes manifestações na capital baiana. “A superintendência pediu para que houvesse transferência temporária com medo de que poderia haver uma manifestação no Dia do Índio. E que dentro desta manifestação poderia haver um confronto entre manifestantes e policiais. E até, talvez, uma ocupação da superintendência”, alega o Juiz Federal Pedro Holiday, que concedeu a transferência e que cuida do caso.

Dar adjetivos com super poderes, responsabilizar por atos que não aconte-

ceram ou simplesmente duvidar de sua identidade. Nos últimos anos esta é uma rotina na imprensa local que alcançou as duas publicações de maiores vendagens do Brasil.

Na revista “Época”, na matéria intitulada “O Lâmpião Tupinambá”, publicada em novembro do ano passado, a repórter Mariana Sanches afirma que Babau seria um dos que se “autointitulam tupinambás”, “cujos traços faciais revelam mais sua ascendência negra do que a indígena”, e que por seus feitos “é uma espécie de versão cabocla de Lâmpião”. Seguindo o tom da reportagem, o Juiz Federal aponta para revista que, “O *modus operandi* do grupo que se diz indígena é semelhante ao dos sem-terra”.

“A mídia vem, a gente dá entrevista, mas nunca sai o que dissemos. Essa menina mesmo da revista foi muito bem tratada. Teve a chance de conhecer nossa comunidade, nossas produções, nossas casas de farinha, a escola, nossas crianças. Aproveitou de toda nossa hospitalidade. Mas mentiu, desviou todas as informações que passamos”, critica a professora Joscélia Santos da Silva. →

Foto: Cristiano Navarro

Quem quer ser índio?

Maria da Glória de Jesus, rezadeira Tupinambá e mãe de Babau e Givaldo, lamenta a prisão dos filhos. Mas para quem por décadas foi proibida de se manifestar religiosamente, que só era chamada de cabocla e convive com a opressão de um Estado que só veio a reconhecer os Tupinambá como povos indígenas em 2002, o futuro parece promissor. “Sofrer, a gente sempre sofreu e foi perseguido. Mas agora temos a escola das crianças, a terra para o trabalho e as roças. E isso que estão passando meus filhos, eu sei, é da luta”.

O otimismo de dona Glória contrasta com fatos recentes. Em junho do ano passado, a comunidade Tupinambá afirma que

quatro homens e uma mulher teriam sido vítimas de tortura por agentes da Polícia Federal (PF) de Ilhéus, sul da Bahia. Esses policiais aplicaram chutes, choque elétrico nas costas e nos órgãos genitais e usaram spray de pimenta. A polícia teria tentando forçar os Tupinambá a confessarem o assassinato de um homem, cujo corpo foi encontrado numa represa da Fazenda Santa Rosa, em Buerarema, município próximo de Ilhéus. Apesar dos laudos de exame de corpo de delito feitos pela Polícia Civil comprovarem todas as agressões, o inquérito, conduzido pelo delegado da própria Polícia Federal, Cristiano Barbosa, concluiu que os policiais não cometeram crime.

Ainda em outubro de 2008, em uma reintegração de posse frustrada por ordem da Justiça Federal, dezenas de homens e mulheres de idades variadas ficaram gravemente feridos e tiveram suas roças e escola destruídas. Para a operação, a Polícia Federal utilizou dois helicópteros, um efetivo de 150 policiais e dezenas de viaturas.

“Depois da nossa luta algumas pessoas tiveram coragem e passaram a se reconhecer como índios, mas ainda existe muito parente que gostaria de assumir, só que têm medo de se assumir. Eles falam que a gente tem muita coragem para ser índio e se arriscar a ser preso ou morto pela polícia ou pelos fazendeiros”, diz dona Glória.



→ Sobre interesses

As terras ancestrais Tupinambá já têm estudo antropológico realizado pela Funai. O levantamento confere ao território 47.376 hectares de área. Nele ficaram de fora perímetros urbanos e faixas de litoral exploradas pelo turismo.

Mesmo assim, Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e dono de um hotel na região, é um dos que se sentem lesados com o estudo. Segundo Fraga a demarcação pegaria parte de seu empreendimento. A “desconfiança” do setor turístico é que a presença dos verdadeiros donos das terras afastem os turistas.

Se por um lado os interesses turísticos apenas levantam questionamentos, por outro o conflito com fazendeiros, que estimulam pequenos agricultores, ocupantes das terras presentes no estudo, contra os índios é o mais preocupante.

“Há muita incitação por parte dos políticos e dos fazendeiros contra os Tupinambá, principalmente via rádio. E isso eleva muito o clima de tensão que pode levar a conflitos na região”, observa Haroldo Heleno, membro do Cimi na região. Entre os pequenos agricultores,

há ainda aqueles como o senhor José Faustino de Oliveira Filho, proprietário de 30 hectares, que entendem os direitos indígenas e se relacionam bem com os vizinhos. “Trabalhamos juntos nas feiras e posso dizer que eles são bons vizinhos. Eles estão no direito deles. Agora a gente espera é que a Funai indenize a gente e resolva a situação logo”.

Uma interpretação que dificulta a vida Tupinambá

O Juiz Federal Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday está na região de Ilhéus há dez anos. Por ele passaram, neste período, grande parte dos ajuizamentos de terras indígenas. Nos casos das terras Tubinambá, que estiveram sob a decisão de Holliday, o juiz julgou todos os pedidos de reintegração de posse e interditos (que servem para evitar que ocorram ocupações nas fazendas) favoráveis aos fazendeiros.

Sobre suas bem sucedidas decisões o juiz avalia que “90 % das minhas deci-

sões de interditos e reintegração foram confirmadas pelo Tribunal Federal Regional”. Até outubro de 2009, 52 ações – entre 33 interditos e 19 reintegrações – foram movidas pelos fazendeiros contra os Tupinambá.

Na interpretação de Holiday, até que o Ministério da Justiça não publique o decreto demarcatório, as terras não podem ser ocupadas pelos Tupinambá. “Não se sabe onde vai ser exatamente a terra. Há um estudo. Este estudo está sendo questionado em um processo administrativo dentro da própria Funai e questionado pelos produtores. Por tanto não há uma definitividade. Então, enquanto não se faz este estudo, enquanto não existe a demarcação: mantém quem já está lá na posse da propriedade”.

A Assessoria Jurídica do Cimi considera que o entendimento que o juiz Pedro Holliday tem adotado baseia-se numa premissa equivocada, segundo a qual o direito dos índios às terras que tradicionalmente ocupam decorre ou inicia com a demarcação da área. “Na realidade o artigo 231 da Constituição Federal reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradi-

cionalmente ocupam, independente de estarem demarcadas ou não. Deste direito originário, que portanto remonta ao início do Estado Brasileiro, decorrem as garantias constitucionais da posse permanente, do usufruto exclusivo das riquezas naturais”, argumenta o assessor jurídico Paulo Machado Guimarães.

Holliday alega que suas decisões servem para “evitar que seja feita justiça com as próprias mãos, que na verdade é o que está acontecendo”.

O juiz tem aberto mão de um recurso importante para defesa dos Tupinambá: as audiências de justificação prévia nas ações possessórias -- expedientes processuais que os juízes utilizam para esclarecer se os índios sempre estiveram na área em disputa ou nas suas imediações, esforçando-se para retomar a posse da terra a que têm direito constitucional. “O Juiz Pedro Holliday, pelo que tenho conhecimento, não realiza estas audiências, mas intima a União e a Funai para se manifestarem sobre o pedido de concessão de medidas liminares. Com estas manifestações ele decide de acordo com sua convicção” comenta Guimarães. ■

Mobilizações pela reconquista do território tradicional



Foto: Marcy Picanço/Arquivo Cimi



Foto: Equipe Itabuna/Cimi Regional Leste

As lembranças que reconstroem o presente

As décadas de luta e perseguição contra os Pataxó Hã Hã Hãe confirmam o árduo caminho dos povos do Nordeste na reconquista de seu território

Cristiano Navarro
Especial para o Porantim

Não é de hoje que se arrastam os reconhecimentos das terras indígenas no Nordeste. Nas redondezas do município de Pau Brasil, sul da Bahia, há 96 quilômetros das terras Tupinambá, o povo Pataxó Hã Hã Hãe tem lutado por décadas para reconquistar seu território.

Logo depois de serem demarcadas em 1938, na década de 1940 o Serviço de Proteção ao Índio (órgão indige-

nista do governo na época) deixou de reconhecer uma série de aldeamentos Pataxó Hã Hã Hãe como sendo de indígenas e passou a arrendar suas terras. Aos novos ocupantes da terra exigia-se o compromisso da expulsão dos índios, como comprovam documentos do SPI.

Das contraditórias ordens do poder público, sobram poucas famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe que resistiram em pequenas glebas de terra e, ainda, outras que trabalhavam nas fazendas de cacau como agregadas nas terras tradicionais. “Mas os que ficaram, e eram chamados de caboclos, sofreram muitas perseguições, violências e não esqueceram o que passaram. E é por essas lembranças que tiveram guardadas no peito e na memória que sempre acreditaram que esta terra voltaria a ser deles”, relata o cacique Nailton Muniz Pataxó Hã Hã Hãe.

Três décadas depois, meados de 1970, o povo Pataxó Hã-Hã-Hãe decidiu se reagrupar. E em 1982 conseguiram voltar para parte de seu território. “A polícia me amarrou, me bateu, me prendeu e me levou pra Ilhéus, onde fiquei preso por três dias, sem roupa em uma cela, em 1983. Daí em diante, não tive paz” narra Nailton. Os enfrentamentos de Babau e dos Tupinambás carregam muitas semelhanças com as que viveu o cacique de 60 anos.

“Hoje quando eu vejo o Babau com aquela ânsia e vontade de retornar aos seus territórios dá para lembrar desses tempos de início de luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe”, compara o cacique e vereador do município de Pau Brasil, Gerson Pataxó Hã-Hã-Hãe.

No ano de 1994, Gerson foi sequestrado por pistoleiros de um fazendeiro vizinho, amarrado e torturado física-

e psicologicamente durante quatro dias. “Durante quatro dias, vinham, apontavam a arma na minha cabeça, diziam que iriam me matar e depois voltavam atrás”.

Dos 54.105 hectares reconhecidos como terra indígena, 17.500 hectares estão em posse dos territórios Pataxó Hã-Hã-Hãe. Há mais de 27 anos a área está em litígio, aguardando o final do julgamento da Ação de Nulidade de Títulos e Propriedades pelo Supremo Tribunal Federal.

Neste período, os Pataxó Hã-Hã-Hãe denunciaram 20 lideranças assassinadas pelos fazendeiros na luta pela terra. “Nesses anos todos, nunca um branco fazendeiro, que matou por causa de terra, foi preso por um crime contra um pataxó. Só os que mataram o Galdino, em Brasília, foram para a cadeia”, conclui Gerson. ■

Quem tem olhos que veja

José Ribamar Bessa Freire
Jornalista

Suponhamos, leitor (a), que você é jornalista e recebe pelo Correio um dossiê com comprovantes indicando que o ex-governador Paulo Maluf (ou o prefeito de uma capital do Norte do país) roubou 50 milhões de dólares e depositou tudo num paraíso fiscal. Os documentos – você percebe logo – foram grosseiramente falsificados. O que você faz? Joga tudo no lixo ou, ignorando a fraude, publica seu conteúdo como se fosse informação correta?

Essa pergunta feita no primeiro dia de aula sempre gerava polêmica no Curso de Jornalismo entre alunos da disciplina Ética e Legislação na Mídia que ministrei durante anos na Universidade Federal do Amazonas e, depois, na UERJ.

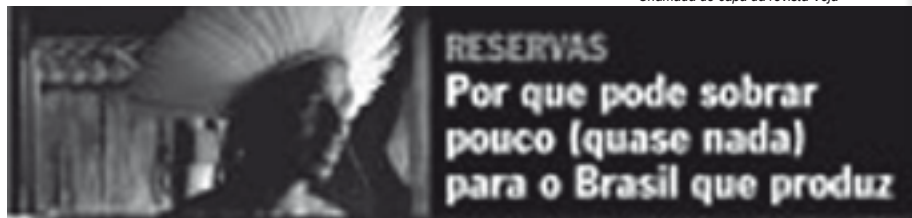
De um lado, estudantes mais afoitos justificavam: “O dossiê é falso, mas nos faz chegar a uma conclusão verdadeira: a de que Maluf é ladrão. Portanto, devemos publicá-lo, porque assim estaremos escrevendo certo por linhas tortas. No frígido dos ovos, o uso dessa mentira acaba deixando o leitor com a informação certa”.

Embora igualmente antimalufistas, outros alunos mais escrupulosos discordavam. Diziam: “se existe desconfiança de que Maluf é um ladrão de casaca – e as evidências são muitas – o repórter deve procurar provas do delito. Esse é o trabalho do jornalismo investigativo, que deve apresentar fato por fato e não vender fato por lebre. Inventar ou aceitar provas forjadas mesmo contra o pior crápula não é jornalismo. Quem renuncia à apuração dos fatos, engana os leitores, é um profissional incompetente e imoral”.

Esse parece ser o caso dos jornalistas da VEJA Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros que assinaram uma reportagem encomendada intitulada “A farra da antropologia oportunista”. Com uma diferença: como o dossiê falso não lhes foi remetido pelo Correio, eles saíram à caça não dos fatos, mas da lebre. O que nos faz pensar que aí tem dente de coelho.

Eles juram – mas não querem ver suas respectivas mães mortinhas no inferno se estiverem mentindo – que durante um mês visitaram 11 municípios em sete estados, percorreram mais de 3.000 quilômetros de carro e barco e entrevistaram 70 pessoas em busca de fatos. Encontraram lebres. Não viram nem conversaram, por exemplo, com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, mas registraram declarações que ele nunca deu e que são exatamente o contrário de tudo aquilo que escreveu.

Mentiram pra cacete. Nem sequer uma vírgula ou um ponto de exclamação da matéria são verdadeiros. É tudo



Chamada de capa da revista Veja



Foto: Equipe Ialuma/Cmi/Regional Leste

lorota! Entrevistas inventadas, números manipulados, informações fantasiosas, dados falsos, provas forjadas, fabricação de fatos – tudo isso a troco de quê? Só a questão da luta pela terra pode ajudar a explicar tamanha agressão aos fatos e tanta falta de pudor.

Terra à vista

Desde o grito dado por Cabral, tudo se resume à briga pela terra. Durante quase cinco séculos, armados até os dentes, os colonizadores, os bandeirantes, as frentes expansionistas invadiram, saquearam, pilharam, usurparam, deceparam e ocuparam os territórios indígenas, sempre protegidos pela lei do mais forte. No entanto, em 1988, com o processo de redemocratização, a Constituição - lei maior do país - deu um basta a essa violência que passou a ser ilegal, quando cometida.

O novo pacto funciona mais ou menos assim. É como se o Estado dissesse aos índios: vocês perderam 87% de seus territórios e não é mais possível recuperá-los. O que perderam, perdido está. Nós nos comprometemos, porém, de que a partir de agora ninguém mais tirará aquilo que sobrou.

A Constituição, nesse caso, afetou os interesses econômicos que a revista VEJA representa. Quem quer se apropriar do resto das terras indígenas ficou inconformado com esse novo pacto, que garante aos índios não a propriedade – que continua a ser da União – mas o usufruto permanente das terras mantidas até aqui. Por isso, a revista desencadeou uma campanha organizada para questionar o lugar que as populações indígenas ocupam hoje na sociedade brasileira.

A estratégia discursiva é bem primária. VEJA jura que as terras ocupadas por

‘falsos índios’ ou por ‘ex-índios’ “diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir”. Reforça, assim, o preconceito de que os índios são improdutivos e preguiçosos. Insiste na falácia de que as terras indígenas – que são propriedade da União - arrancam um pedaço do Brasil, mutilam a pátria. O Brasil da VEJA fica pequenininho, sem 77.6% que constituem áreas de preservação ecológica, reservas indígenas e antigos quilombos que, para VEJA, foram subtraídos do país.

Como nenhum cientista social assina embaixo de tal babaquice, VEJA ataca então os antropólogos, acusando-os de serem os inventores desses “índios falsos”, juntamente com alguns padres, indigenistas e ONGs. Os três repórteres advogam uma pureza racial, quando decidem, por conta própria, que os Tupinambá e os Pataxó da Bahia não são índios por existir entre eles casamentos com “negros, mulatos e até brancos de cabelos louros”, como se índio fosse um modo de parecer e não um modo de ser.

Se os Pataxó e os Tupinambá são ‘falsos índios’, então podemos dizer que Victor Civita e Roberto Civita são falsos brasileiros, em função dos seus laços com a Itália e os Estados Unidos? A comunidade científica nacional ficou estarelecida.

Racismo na mídia

Numa interessante análise sobre o racismo na mídia, publicado em 1997, o pesquisador Van Dijk critica o tratamento que a imprensa europeia dispensa às minorias étnicas. Ele questiona o princípio da neutralidade e da objetividade dos meios de comunicação e propõe que a imprensa seja estudada como uma instituição social submetida a um conjunto de demandas políticas, sociais, econômicas

Fac-símile da home page da revista Veja



e técnicas. Dessa forma, a imprensa deve ser pensada menos como um lugar neutro de observação e mais como uma voz ativa, como um agente produtor de imagens e representações.

Van Dijk, em sua análise, privilegia as manchetes e títulos de reportagem, considerando-os elementos indicados dos tópicos relevantes da informação, orientando a leitura na construção de significados. Os subtítulos da reportagem da VEJA, nesse sentido, são muito sugestivos: “os novos canibais”, “lei da selva”, “um país loteado”, “macumbeiros de cocar”, “made in Paraguai”, “índio bom é índio pobre”.

O objetivo da revista é mobilizar opiniões contra os direitos indígenas, que são apresentados como se fossem “privilégios”. Para isso, acionam os estereótipos historicamente operantes sobre o índio, para dar cor e sensacionalismo à narrativa. Chegam a inventar que os índios guarani da Aldeia Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, são falsos índios, vieram do Paraguai. VEJA acha que índio é como uísque: se veio do Paraguai, é falso.

“Nós não precisamos provar quem somos. A própria história, construída pelos não indígenas, identifica o povo guarani como etnia tradicional desta terra. O povo guarani nunca desrespeitou a propriedade alheia; ao contrário sempre foram usurpados de suas terras, impedidos de desenvolver seu modo de vida e cultura” – declarou, indignado, em nota oficial, o cacique de M'Biguaçu, Hyral Moreira. A nota crítica “reportagem tendenciosa e preconceituosa” e lamenta que “os autores desta reportagem, em passagem por nossa região”, não ouviram os representantes da cultura guarani.

O conteúdo da VEJA, carregado de preconceitos, é mentiroso, ofensivo e elimina aquilo que eu estou vendo diante de mim. Um índio guarani do Morro dos Cavalos, cuja existência é negada pela revista, me tranquilizou: - Nda'orexai ramo ndoroexai avi – ele me disse em sua língua. Pedi que traduzisse: “Se a VEJA não nos vê, nós também não vemos a VEJA”.

É isso aí. Há muito tempo eu também não vejo a VEJA. Desculpem a linguagem: VEJA é um lixo, um produto do sub-jornalismo marrom, que contribui para desinformar seus incautos leitores. ■

Na luta pelo reconhecimento de seus direitos, indígenas brasileiros se vêm atacados por campanhas de criminalização e preconceito, como a matéria difamatória publicada pela Revista Veja em sua edição 2163 de 05 de maio de 2010

Declaração sobre o Momento Político Nacional

Entre os dias 4 e 13 de maio, vários bispos estiveram reunidos em Brasília para a Assembléia Geral da CNBB. Dentre tantas pautas e conjunturas, escreveram uma declaração sobre o momento político nacional. Uma espécie de conjuntura sobre as situações da política e como a CNBB entende tal momento. Segue o texto abaixo:

Nós, Bispos Católicos do Brasil, reunidos em Brasília, de 4 a 13 de maio de 2010, para a 48ª Assembléia Geral da CNBB, temos diante de nós a realidade do Povo Brasileiro, de cujas lutas e esperanças participamos. Os 50 anos da inauguração de Brasília e as eleições gerais do próximo mês de outubro nos proporcionam a oportunidade de refletir sobre a trajetória do País.

A realização da nossa Assembléia Geral em Brasília, no ano do jubileu de ouro da cidade e da Arquidiocese, quer expressar o apreço pelo que significou para a nação a construção da Capital do País em pleno planalto central.

O Jubileu de Ouro de Brasília, no entanto, precisa se transformar em oportunidade para que a Capital recupere o seu simbolismo original e se torne de fato fonte de inspiração para os sonhos de um País justo, integrado, desenvolvido e ecologicamente sustentável, que todos queremos. *“O desenvolvimento é impossível sem homens retos, sem operadores econômicos e homens políticos que sintam intensamente em suas consciências o apelo do bem comum. São necessárias tanto a preparação profissional como a coerência moral”* (Bento XVI, *Caritas in Veritate*, 71).

A celebração do Congresso Eucarístico Nacional em Brasília quer, igualmente, ser sinal deste anseio de País justo e fraterno, para cuja realização a Igreja Católica procura dar sua contribuição pelo testemunho dos valores humanos e cristãos que o Evangelho nos ensina. Seu lema *“Fica conosco, Senhor”* atesta a importância da presença do Deus da vida e da partilha em todos os momentos, também naqueles do exercício da cidadania.

O Brasil está vivendo um momento importante, por seu crescimento inter-



Fotos: Assessoria de Imprensa da CNBB



no e pelo lugar de destaque que vem merecendo no cenário internacional. Isso aumenta sua responsabilidade no relacionamento com as outras nações e na superação progressiva de suas desigualdades sociais, produzidas pela iníqua distribuição da renda, que ainda persiste. Preocupam-nos os grandes projetos, sobretudo na Amazônia, sem levar devidamente em conta suas consequências sociais e ambientais. Permanece o desafio de uma autêntica reforma agrária acompanhada de política agrícola que contemple especialmente os pequenos produtores rurais, como fator de equilíbrio social.

A Igreja, comprometida de modo inequívoco com a defesa da dignidade e dos Direitos Humanos, apóia as iniciativas que procuram garanti-los para todos. Todavia, denuncia distorções inaceitáveis presentes em alguns itens do PNDH-3.

Destacamos a importância do projeto de lei denominado *“Ficha Limpa”*, de iniciativa popular, em votação nestes dias no Congresso Nacional, como exemplo de participação popular para o aprimoramento da democracia, como já ocorrera com a aprovação da Lei 9840, contra a corrupção eleitoral, cuja aplicação requer contínua e atenta vigilância de todos, para que não continue a praga da compra e venda de votos. Esperamos

que seja um instrumento a mais para sanar o grave problema da corrupção na vida política brasileira.

Permanecem oportunas as palavras de João Paulo II: *“A Igreja encara com simpatia o sistema da Democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade de escolher e controlar os próprios governantes (...) ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou de objetivos ideológicos”* (*Centesimus Annus*, 46).

Urge uma profunda reforma política, iluminada por critérios éticos, com a participação das diversas instâncias da sociedade civil organizada, fortalecendo a democracia direta com a indispensável regulamentação do Art. 14 da Constituição Federal, relativo a plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei. A Reforma Política *“precisa atingir o âmago da estrutura do poder e a forma de exercê-lo, tendo como critério básico inspirador, a participação popular. Trata-se de reaproximar o poder e colocá-lo ao alcance da influência viável e eficaz da cidadania”* (Por uma Reforma do Estado com Participação Democrática, Documentos da CNBB 91, 101).

A campanha eleitoral é oportunidade para empenho de todos na reflexão

sobre o que precisa ser levado adiante com responsabilidade e o que deve ser modificado, em vista de um Projeto Nacional com participação popular. Por isso, incentivamos a que todos participem e expressem, através do voto ético, esclarecido e consciente, a sua cidadania nas próximas eleições, superando possíveis desencantos com a política, procurando eleger pessoas comprometidas com o respeito incondicional à vida, à família, à liberdade religiosa e à dignidade humana. Em particular, encorajamos os leigos e as leigas da nossa Igreja a que assumam ativamente seu papel de cidadãos colaborando na construção de um País melhor para todos.

Confiando na intercessão de Nossa Senhora Aparecida, invocamos as bênçãos de Deus para todo o Povo Brasileiro.

Brasília, 11 de maio de 2010

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:

adm.porantim@cimi.org.br

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Bispos durante a 48ª Assembleia Geral da CNBB, em Brasília

Cerca de 51% das crianças indígenas do país apresentam anemia

Dado foi revelado pelo 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas divulgado pela Funasa

Clyemne Cerqueira
Repórter

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) divulgou no último dia 11, os resultados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas realizado em 2008 e 2009. Os pesquisadores visitaram 113 aldeias, onde entrevistaram 6.707 mulheres (com idades de 14 a 49 anos) e 6.285 crianças (com até 60 meses de vida).

O cenário encontrado mescla a ausência do Estado, representado pela falta de saneamento, escassez de recursos básicos e de políticas públicas eficientes, altos índices de doenças facilmente controláveis, como a anemia, e dependência

da população dos programas assistencialistas do governo, como a entrega de cestas básicas.

O Inquérito indicou que 51,3% das crianças com até cinco anos apresentam anemia, problema normalmente decorrente de uma dieta pobre em ferro e que provoca baixo desenvolvimento. O que poderia explicar o fato de que cerca de 26% das crianças entrevistadas apresentam déficit de estatura para a idade.

Destacam-se também as falhas no quadro de imunização. Os dados coletados mostram que a maioria das crianças (92,9%) recebeu pelo menos uma dose da vacina BCG. No entanto, quando foi avaliado o percentual de crianças vacinadas na idade indicada pelo Programa Nacional

de Imunização (PNI), no primeiro dia de vida, menos da metade das crianças que nasceram em hospitais foi imunizada. Fica claro ainda o baixo índice do uso do soro oral (56,4%), um forte aliado no combate à mortalidade infantil e de custo extremamente baixo.

Entre as mulheres, os principais resultados apresentados pelo Inquérito foram pressão arterial alterada (8,9%), taxa alterada de glicemia casual, indicativo de anemia (32,7%), e número elevado de mulheres acima do peso, cerca de 46%. Ocorrências verificadas também entre a população não indígena que vive em áreas urbanas.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) foi responsável pela execução do projeto, em parceria com a Funasa. O Inquérito é uma mostra da situação da população indígena no país quanto às questões nutricionais e servirá como subsídio para a elaboração de políticas que atendam demandas locais e específicas relacionadas ao atendimento à saúde indígena no país.

Relação direta com a terra

Os problemas de saúde apresentados pelo Inquérito podem também ser consequência de outros problemas enfrentados

pelos povos indígenas no país, como a dificuldade de acesso à terra. O local onde eles moram, o tipo de vida que levam e os alimentos que ingerem têm relação direta com os altos índices de obesidade e também de anemia.

De acordo com o diretor substituto do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Flávio Pereira Nunes, os índios da região Norte sentem o impacto do desmatamento e da exploração de recursos naturais e começam a mudar de comportamento: em vez do plantio coletivo de alimentos mais variados da aldeia predomina a agricultura de subsistência familiar. Em algumas regiões, o avanço da urbanização também é um fator que leva à mudança de hábitos alimentares e da cultura.

Os dados ainda apontam que as doenças crônicas vão se tornar o grande problema da saúde indígena nos próximos anos, caso medidas de prevenção não sejam tomadas. Esses problemas são decorrentes de novos valores, novas formas de vida e trabalho, bem como acesso a outros alimentos que não os tradicionalmente consumidos. Há uma tendência ao consumo de produtos engordantes, como açúcar, gordura, sal, óleo, macarrão, balas e refrigerantes entre outros. ■

EQUADOR

Indígenas reforçam mobilizações contra Lei de Recursos Hídricos

Ameríndia

Adital

“Água não se vende, defende-se”. Sob esse lema os indígenas equatorianos deram seguimento às mobilizações contra a Lei de Recursos Hídricos. De acordo com a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI), a “Mobilização Plurinacional em Defesa da Água, da Vida e da Soberania Alimentar” aconteceu em todas as províncias do Equador. No dia 11 de maio, dirigentes indígenas rejeitaram o relatório final elaborado pela Comissão de Soberania Alimentar.

Após vários dias de mobilização, o dia 15 de maio foi, para os indígenas equatorianos, um dia para avaliar os resultados das manifestações contra a aprovação da Lei de Águas. No dia 13 de maio, data da votação na Assembleia Nacional, as organizações indígenas do Equador conseguiram vencer uma batalha: a Lei de Águas não foi votada.

Em comunicado divulgado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e pela Confederação Kichwa do Equador (Ecuadorunari), dirigentes de organizações indígenas fizeram um balanço da “Mobilização Plurinacional em Defesa da Vida, da Água e da Soberania Alimentar”. Para eles, a luta ainda não acabou. “Com a frente em alto, ganhamos uma batalha, mas a

luta continua”, afirmou o presidente da Ecuadorunari, Delfín Tenesaca.

Na opinião de Tenesaca, é importante, agora, fortalecer o movimento indígena em todos os cantos do país. “Vamos fortalecer a unidade em cada província, em cada povo e comunidade, e convocar a todos e todas a instalar Parlamentos Plurinacionais para informar, discutir e debater as problemáticas de cada setor e povo”, sugeriu.

A vitória da primeira etapa foi igualmente destacada pelo dirigente da Conaie, Marlon Santi. “Resistimos por mais de 15 dias de luta intensa com as mobilizações; sem esta ação já teriam aprovado a Lei de Águas na Assembleia Nacional”, afirmou. Além disso, Santi destacou outra grande conquista nessa luta: a unidade do movimento indígena no Equador.

“Já basta de mentiras ao povo equatoriano: que os indígenas querem apropriar-se da água. Correa elaborou a Lei de Águas para favorecer aos de sempre e fazer bem aos empresários, às transnacionais, à oligarquia crioula, defendendo desta maneira o mesmo sistema caduco. Mas com a unidade do povo vamos controlar o limite dos congressistas que o único que fazem é obedecer ordens de Correa, o exemplo mais claro é o ocorrido com a Lei de Águas”, declarou.

O presidente da Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras (Fenocin), Luis Andrango, também ressaltou a unidade não só dos indígenas, mas também de camponeses e de movimentos populares em torno da melhor distribuição de riquezas naturais e meios de produção. “Desde cada comunidade bloquearam vias, realizaram manifestações e temos o primeiro efeito: não conseguiram aprovar a Lei de Águas como eles queriam, portanto é um triunfo”, alegrou-se.

Manuel Chucchilan, representante do Conselho de Povos e Organizações Indígenas Evangélicas do Equador (Feine), por sua vez, agradeceu à população equatoriana e às mobilizações que conseguiram a suspensão da votação da Lei de Águas na Assembleia Nacional. Também estendeu o agradecimento às autoridades do Equador, as quais fizeram, com a discussão dessa Lei, unir o movimento indígena na luta contra a aprovação da Lei de Águas e das próximas leis que vierem a desrespeitar a natureza e os direitos dos povos.

Manifestações

Em Azuay, instalou-se um Parlamento Plurinacional do Sul e decidiu-se tomar a via em Y de Tarqui. A ideia é

mantê-la bloqueada até que a Assembleia Nacional retire da Lei das Águas artigos privatizadores e destrutivos das fontes de água. Estradas também foram fechadas na província de Chimborazo, onde os indígenas prometeram radicalizar os protestos até que respeitem seus direitos.

As manifestações em Cañar foram retomadas desde o dia 10 de maio. As mobilizações são alvos de forte repressão por parte das forças armadas, com registro de dois dirigentes feridos e de 21 detidos. Os encontros também ocorreram em Saraguro, onde membros da polícia nacional reprimiram os manifestantes com gás lacrimogêneo e violência física e verbal.

As mobilizações contra a Lei de Recursos Hídricos acontecem no Equador desde o mês de abril. Segundo informações da Conaie e da Ecuadorunari, no dia 3 de maio, o presidente da Assembleia Nacional se comprometeu a fazer um documento acordado entre a presidência do Legislativo e organizações indígenas.

Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Segundo o movimento indígena, na última terça-feira, o presidente da Comissão de Soberania Alimentar, Jaime Abril, apresentou um relatório final em que não aborda as questões destacadas pelos indígenas. ■

Indígenas lutam por moradia em São Paulo

A Comunidade indígena Pankararu, da zona leste de São Paulo, espera há oito anos pela aprovação e implementação de Projeto de Moradia



Vanessa Ramos e Beatriz Maestri
Cimi Sul – Equipe São Paulo

“Este dia de encontro é para que possamos, de fato, mostrar que estamos unidos, que a nossa luta não é fácil, mas que temos importantes aliados, como entidades de apoio e representantes de órgãos públicos. Estamos há oito anos na luta por moradia e sabemos que só com a nossa união iremos conquistar os nossos direitos”. Com estas palavras, a indígena Pankararu Elena Gomes da Silva, presidente da Associação Comunidade Indígena Pankararu da Zona Leste, deu início ao encontro ocorrido em 2 de maio, em São Paulo. Elena conta que seu povo é originário da região do Brejo dos Padres, em Pernambuco, tendo migrado para São Paulo, no final da década de 1950, por conta da seca e de conflitos com posseiros invasores de suas terras, na tentativa de melhores condições de vida e sobrevivência.

Atualmente, o povo Pankararu conta com mais de 1.500 pessoas, vivendo em São Paulo, em diversos bairros da capital paulista como Real Parque, Parque Santa Madalena, Jardim Elba, Capão Redondo, Butantã, Valo Velho, Cidade Dutra, Grajaú, Paraisópolis e outros, e municípios da grande São Paulo como Mauá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Taboão da Serra, Osasco e Francisco Morato.

Como moradora da cidade de São Paulo há muitos anos, Elena se alegra com o Encontro, que reúne seus parentes que vivem em diversos bairros da capital paulista e reforça a união e a luta de seu povo, ao mesmo tempo em que lhes dá a possibilidade de manifestarem suas danças, toantes e rezas.

Apoios

O povo Pankararu que vive na zona leste de São Paulo vem se organizando há vários anos, na busca de políticas públicas que atendam importantes demandas, entre elas, a moradia digna para as mais de 60 famílias desta região.

Com o objetivo de afirmar sua identidade cultural, dar maior visibilidade à realidade vivida por este povo e reafirmar sua luta por moradia, se reuniram, no bairro Sapopemba, zona leste, aproximadamente 160 pessoas. A grande maioria era de indígenas Pankararu,



mas o encontro também contou com a participação de lideranças de outros povos, entidades indigenistas de apoio e representantes do poder público.

“Estamos aqui porque acreditamos nesta caminhada de luta e eu acredito que com o apoio de mais aliados e de nossos parentes, iremos conseguir realizar o nosso sonho pela moradia aqui na zona leste”, enfatiza Manoel Pedro da Silva, outra liderança Pankararu.

Edgar Moura Amaral, assessor do deputado estadual Simão Pedro (PT), presente ao Encontro, afirmou, “estou aqui reforçando o nosso compromisso e também do deputado federal Paulo Teixeira (PT) que está na luta, conjuntamente, para avançar na questão que vocês reivindicam. Viemos contribuir e ouvir suas necessidades, pois sabemos que a urgente demanda da comunidade é a construção de moradias”.

Neste sentido, a coordenadora Maria Aparecida de Laia, da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE), disse “Coloco nossa coordenadoria à disposição, na reivindicação pela luta por moradia, para agendar reuniões com o secretário e caminhar naquilo que a comunidade achar importante”.

Maria das Dores, presidente da Associação SOS Pankararu, no Real Parque, zona sul de São Paulo, falou aos seus parentes que ser Pankararu não é só ter o nome. “É ter uma história e é isso que nos legitima. Não podemos esquecer de nossos parentes que estão na grande metrópole de São Paulo e em outras regiões. (...) Ser povo indígena é ser coletivo”.

Para Benedito Prezia, coordenador da Pastoral Indigenista e do Programa Pindorama da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a realização do encontro foi uma grande vitória porque mostra que o povo está disposto a se organizar. Prezia reforçou o seu apoio, mas pontuou: “não podemos ter um único objetivo, ter as casas, porque nesta luta existem etapas difíceis e caso não ocorram como esperado, não podem desanimar a comunidade”. Para ele, a luta maior é pelos direitos da comunidade Pankararu em São Paulo como um todo.

Morosidade

As famílias Pankararu que lutam por moradia na zona leste e que vivem em precárias condições habitacionais, muitas em área de risco, reivindicam um projeto específico de habitação para indígenas que vivem no meio urbano. Foram cadastradas pela Secretaria Municipal de Habitação já em 2002, época em que se iniciou a organização deste grupo da zona leste, em vista de demandas próprias.

Nessa ocasião, o movimento conseguiu o apoio do secretário munici-



pal da Habitação e da Companhia de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), que destinou um técnico para um estudo preliminar de área própria a ser destinada ao grupo indígena. O estudo realizado e aprovado pela comunidade foi finalizado, porém, com as mudanças na administração municipal, não teve continuidade.

Esse movimento conta com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Grande São Paulo e da Pastoral Indigenista de São Paulo, sempre ressaltando que, aos órgãos públicos, cabe o reconhecimento dos indígenas que vivem em área urbana, considerando a dívida histórica que toda a sociedade brasileira tem para com estes povos. Contudo, é grande a morosidade dos órgãos públicos e a dificuldade em aprovar projetos relativos a esses povos.

Em 2009, a Secretaria Municipal repassou o Projeto de moradia para o governo estadual de São Paulo. Assim, Antônio J.S. Lajarin, assessor da presidência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU-SP), atendeu lideranças Pankararu da zona leste e entidades, em reivindicações específicas sobre moradia. Segundo Lajarin, o órgão está estruturado apenas para atender aos indígenas de aldeias: “No momento, não temos um programa para esse atendimento específico. A legislação não prevê esse orçamento para indígenas urbanos. E como proposta apresentou “O avanço seria iniciar um debate com essa nova situação dentro da CDHU”.

Para as lideranças Pankararu da zona leste, o fato de viverem na cidade não anula a sua identidade enquanto povo indígena, nem os impede de acessar aos direitos que a Constituição Federal lhes garante. →

Parque Santa Madalena na Zona Leste da cidade de São Paulo

Lideranças Pankararu durante encontro por moradia



E agora?

O projeto de moradia para os Pankararu da zona leste depende agora de uma melhor comunicação e articulação entre COHAB e CDHU para a continuidade das ações, pois foi apresentado pelas lideranças, em várias reuniões na CDHU, mas ainda não houve um posicionamento concreto da COHAB, para o qual foi encaminhado o primeiro projeto, há oito anos.

Lajarin, também convidado para o Encontro, informou em carta que a COHAB ainda não havia se manifestado com relação ao assunto em questão, bem como, não foram concluídos estudos específicos para o caso dos Pankararu, solicitados a Rosângela Kurra, ex-Secretária de Habitação do Estado do PR que hoje presta serviços na CDHU.

"Diante desta demora em atender nossa reivindicação, pedimos que agilizem esse estudo e que seja urgentemente agendada uma reunião com a comunidade a fim de que possamos implementar o tão sonhado projeto de moradia para nosso povo", protestaram as lideranças Pankararu em Documento Final do Encontro. Na carta, a comunidade da zona leste solicita uma audiência com a COHAB para que se manifeste quanto ao seu compromisso com o projeto citado. Ainda não obteve resposta, mas, espera que até o final de 2010 os órgãos, COHAB e CDHU, possam resolver suas reivindicações, na zona leste de São Paulo. ■

Resenha

Por uma reforma do estado com participação democrática

Leda Bosi
Sedoc

A CNBB apresenta à sociedade brasileira este Documento para colocar em debate propostas de reformas que se fazem necessárias, diante da abrangência e urgência que os problemas atuais requerem. Olhando concretamente o Estado brasileiro e a Democracia, o texto busca encontrar saídas, através da análise de práticas que apontam para o novo. Passos práticos serão indicados, a fim de que não se fique apenas na reflexão, mas que se possa construir gestos concretos rumo a um novo Estado e a uma necessária nova Democracia. O Documento se divide em cinco capítulos: I) Crise política e democratização do Estado; II. O Estado como construção histórica; III. A sociedade em mudança exige novas estruturas; IV. Encontrar saídas; e V. Passos práticos.

Conforme as palavras de Dom Dimas Lara Barbosa, secretário geral da CNBB, "Os cinquenta anos da inauguração de Brasília, as eleições gerais do próximo mês de outubro, a 'crise mundial' e a 'mudança de época' proporcionaram ao Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CBBB a oportunidade de pensar a trajetória do País, com a finalidade de valorizar as conquistas e oferecer sua contribuição para o diálogo nacional sobre o que precisa ser modificado, em uma verdadeira 'Reforma do Estado', para a construção de uma 'sociedade efetivamente democrática e participativa'."

O texto discorre sobre a baixa confiança nos Parlamentos, no Judiciário, nas instâncias do Executivo, na honestidade dos políticos e na fidelidade dos partidos a seu programa, situação essa que não acontece apenas no Brasil, mas em todo o mundo. A imagem negativa das instituições políticas intensifica essa descrença generalizada. Por isso, o presente documento segue uma direção oposta ao sentimento de que discutir política é perda de tempo. Quer mostrar a importância do debate para a construção de um espaço democrático e eficaz, a partir do qual se possa superar a crise de uma civilização baseada no sistema produtivista e consumista.

O documento realça a importância de **novos sujeitos históricos**, (grifo nosso)

isto é, entre outros, os trabalhadores, as mulheres, os afrodescendentes, os migrantes, os jovens, os indígenas, os quilombolas. Foram os movimentos sociais, a partir da segunda metade do século 20, que se constituíram em espaço de crítica, enquanto sujeitos políticos, de direitos e deveres e não como beneficiários dos setores dominantes. Esses movimentos são entendidos como os construtores de um projeto de nação para o Brasil e vêem no fortalecimento do Estado o meio propulsor desse projeto.

É na Democracia Representativa que se pauta, atualmente, a única forma de participação do povo nas decisões que lhe dizem respeito. Porém, não é aí que se esgotam as formas de vivência democrática. Outras ações, além da função de eleitor, devem ser acrescentadas para que o povo possa exercer plenamente seu ser político. Para que o processo se torne efetivo é necessário o reconhecimento: do caráter pluricultural da nação e o direito à identidade cultural, individual e coletiva; da igual dignidade das culturas, rompendo com a supremacia institucional da cultura do ocidente; do caráter do sujeito político dos povos de comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas e quilombolas, superando o tratamento tutelar destes povos como objeto de políticas ditadas por terceiros; o reconhecimento das diversas formas de participação, consulta e representação direta desses novos sujeitos históricos.

Para democratizar o Estado e ampliar a participação popular surge um novo adjetivo ao conceito de Democracia e que a complementa: a Democracia Participativa. A construção da Democracia Participativa parte do pressuposto de que é necessário ultrapassar o individualismo e tomar o rumo da solidariedade, respeitar a autonomia dos cidadãos e chamá-los a contribuir para a construção do bem comum. Um dos itens mais importantes para que se exerça a Democracia Participativa é o Orçamento Participativo o qual questiona de modo particular o Aparelho Legislativo, visto que este tem no orçamento o momento da barganha, para seus redutos eleitorais.

A Constituição Federal de 1988 acena com inúmeras formas de participação

POR UMA REFORMA
DO ESTADO
COM PARTICIPAÇÃO
DEMOCRÁTICA

documentos da cnbb



91

Documentos da CNBB, n.91
Paulinas, São Paulo, 2010
61 pág.

popular, permitindo entre outras, que os afrodescendentes e os povos indígenas tivessem respaldo nas reivindicações históricas, fundamento da cidadania. São citadas a demarcação das áreas indígenas e o reconhecimento das terras dos povos quilombolas e populações tradicionais. Segundo ainda o artigo 14, "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, como valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular".

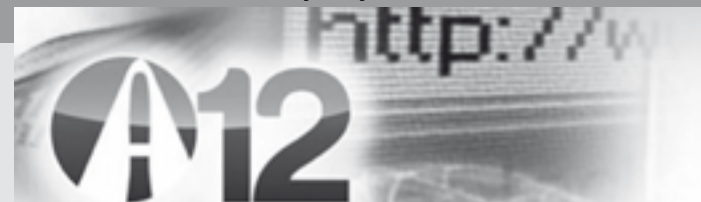
O texto enfatiza a atuação na sociedade brasileira de grupos organizados que buscam fazer com que o Estado se reestruture e se coloque a serviço, principalmente, dos segmentos empobrecidos e afastados do poder econômico. Além desses grupos há as Pastoras Sociais, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, a Caritas Brasileira, entre outros, e a importante prática das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base.

Conforme as reflexões discutidas em Documento anterior (n.42), a CNBB reafirma que "A Democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna {...}. A construção da Democracia é a criação das condições necessárias para que os homens, como cidadãos, rompam o isolamento e sua desagregação social, e ocupem o espaço público, através da discussão, da negociação, do diálogo e da decisão." ■

Ouçã o Potyrõ

Todos os **sábados e domingos**, às **12h35**,
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.
A transmissão é para todo o Brasil. **820 kHz**

Também estamos on line pelo portal www.a12.com



TANDÓ A SAGA DE UM GUERREIRO KAINGANG

Benedito Prezia
Historiador

Entre os poucos registros sobre os antigos Kaingang, destaca-se a história do cacique Combró e de seus filhos, Tandó e Cohí, relatada por seu bisneto, o capitão Arâkchó. Numa conversa com Telêmaco Borba, em 1886, narrou a trajetória destes guerreiros.

Naquela época passada, os instrumentos de ferro mostravam-se de uma grande eficiência junto àquele povo acostumado a usar lascas de quartzo no lugar de facas, e pedras polidas no lugar de machados. Foi para obter estas ferramentas, tão cobiçadas, que o grupo de Combró assaltou um arranchamento

de “brancos”, que haviam se instalado à beira do caminho que levava ao Sul.

Enquanto ocorria este ataque, um outro grupo rival aproveitou para assaltar sua aldeia, em busca de mulheres. Entre as prisioneiras, estava uma das esposas de Combró. Ao saber do ocorrido, partiu com seus guerreiros para resgatar sua companheira.

Nesse ínterim, sua aldeia foi novamente atacada, mas desta vez por brasileiros que, ajudados pelos índios “mansos”, queriam revidar o ataque anterior. A rancharia kaingang foi incendiada, morrendo alguns velhos e mulheres e crianças, entre as quais Tandó, um de seus filhos, foram levadas como escravos.

Desesperado, o cacique partiu em busca de seu filho. Depois de alguns dias de caminhada, localizou a expedição assaltante, ao ouvir o choro do filho que era castigado por fazer barulho. Enfurecido, Combró, sem buscar uma estratégia adequada, atirou-se sobre o acampamento, sendo rechaçado à

bala. Fez um recuo estratégico e, no dia seguinte, enquanto os sertanejos almoçavam, desfechou um novo ataque, sendo atingido mortalmente por uma bala na cabeça.

Sem o valente cacique, aquele grupo Kaingang afastou-se dos campos de Guarapuava, onde estava nascendo uma povoação brasileira.

Os anos se passaram. Tandó cresceu, tornando-se um forte rapaz. Apesar do convívio com os brancos, não se deixou cooptar como outros Kaingang. Aos 18 anos fugiu para junto de sua família, reencontrando sua mãe e irmãos, inclusive Cohí, que se tornara uma importante liderança.

A mãe ainda chorava a morte do marido e dizia que os filhos precisavam vingá-lo. Depois de muita conversa, os filhos decidiram atacar Atalaia, nos campos de Guarapuava. Além dos brasileiros, ali se instalaram um grupo de “índios mansos”, que tinham aceito tornar-se aliado dos invasores. Ninguém melhor que indígenas para rebater ataques indígenas. Era a estratégia da divisão, que sempre foi usada pelos conquistadores.

O novo povoado estava bem construído, com casas de madeira cercadas por uma paliçada. Não longe, ficava o acampamento indígena, como sentinela de proteção.

Ao chegar no local, Tandó viu que era difícil o ataque e sugeriu que o grupo desistisse. E segundo a tradição kaingang, foi deixado próximo ao povoado suas bordunas, em sinal de trégua. Isto teve a desaprovação de seu irmão Cohí, que afirmou que o grupo se acovardara diante do inimigo.

Ao se afastarem, houve uma discussão entre ambos e para não ser envergonhado por Cohí, ao voltar para a aldeia, Tandó conclamou a todos aqueles que “não quisessem viver como pedras que não morrem”, para segui-lo. Naquela mesma noite atacaram o acampamento dos “índios mansos”, morrendo indígenas de ambos os lados.

Dos sobreviventes daquele acampamento, ficou apenas seu líder Duhi, que resistia dentro de sua casa. Tandó queria vingar nela a morte de seu pai, pois era um Kaingang traidor, tendo escolhido viver junto com os brancos. Colocou fogo na casa, e esperou o inimigo sair. Frente a frente, desafiou-o para uma luta. Sem se deixar intimidar, Duhi saltou para fora com uma faca em cada mão. Com um golpe certeiro, Tandó tomou uma das facas e os dois caíram por terra, numa luta de corpo a corpo, indo parar no fundo de uma vala. Num ato falho de Tandó, Duhi conseguiu cravar-lhe a faca no corpo, mas sem atingir nenhum órgão. Mais rápido que uma onça, mesmo ferido, e por estar debaixo, Tandó conseguiu, num golpe certeiro, cravar sua faca no coração do inimigo, matando-o na hora.

Sem forças para levantar-se, gritou a seu irmão, que veio em seu auxílio, desenterrando a faca de seu corpo. Tendo sido feito uma padiola, foi levado pelo sertão até a aldeia. Em pouco tempo estava recuperado.

Dois anos depois, acreditando nas promessas dos brasileiros, que haviam raptado sua mulher e acenavam com uma trégua, morreu vítima de uma covarde traição. ■



APOIADORES

caritas

PORANTIM

Maior - 2010 | 16